



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17875 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E POLITICAS PARA A SALVAGUARDA DA MEMÓRIA BIOCULTURAL DO BAIXO SUL DA BAHIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Rosana Andrade Bonfim - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Priscila Gomes Dornelles Avelino - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E POLITICAS PARA A SALVAGUARDA DA MEMÓRIA BIOCULTURAL DO BAIXO SUL DA BAHIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar algumas das práticas educativas da comunidade do Gerebinha/Guerém, localizada no Baixo Sul da Bahia, considerando como premissa a valorização da memória biocultural. A metodologia assenta-se na abordagem da pesquisa (auto) biográfica tendo como ferramentas os registros de falas, as narrativas dos/as mais velhos/as, trabalhos coletivos, trocas de saberes/fazeres, e principalmente, de vivências. As falas enunciam saberes comunitários, de legados indígenas no território, os quais evidenciam as referências indenitárias, políticas e de conhecimento como forma de fortalecimento da identidade ancestral, comunitária e étnica. Estes saberes e as estratégias infrapolíticas de resistência à modernidade capitalista, racista, sexista e

colonizadora evidenciam a importância da salvaguarda como resistência e de seguir adiante através da memória e das histórias, sabendo de onde vimos e quem somos, protagonistas do nosso lugar.

Palavras-chave: (auto) biografia; Educação do Campo; memória biocultural; práticas educativas; saberes e fazeres.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo consiste num conjunto de práticas, princípios e políticas que vêm sendo formuladas, desde o fim dos anos 1990, por pessoas envolvidas na construção de um movimento transformador com ênfase no protagonismo dos sujeitos e dos movimentos sociais do campo (CALDART, 2012). Sua constituição e seu fortalecimento se deram por meio das lutas dos movimentos sociais como resposta ao descaso das políticas agrárias, educacionais, dentre outras, promovidas para o campo brasileiro pelas elites do país.

O caminho do conhecimento da Educação do Campo tem sido construído através de práticas sociais protagonizadas, em sua maioria, por sujeitos do campo, ligados aos territórios diversos e ao contexto de suas ancestralidades e suas biointerações em cada contexto campesino. A biointeração, que Antônio Bispo dos Santos (2015) nos explica, seja na pescaria, no cultivo da mandioca, no moinho de cana, que há uma organização própria dos quilombos e dos povos indígenas e que quase todas os sujeitos que moram nessas comunidades conhecem e participam das atividades coletivas. Assim as contribuições por seus trabalhos são trocadas por mercadorias, a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou trocando por outros serviços do qual cada um que contribuiu necessite na comunidade.

Assim, este conceito do autor nos orienta a priorizar as práticas coletivas, realizadas pelas comunidades tradicionais, as quais se dão não somente pelo valor financeiro, constituído pelo capitalismo, mas pela valorização dos saberes e dos fazeres, da troca de conhecimentos e de experiências, das referências positivas dos costumes dos/das antepassados/as. Tudo isso operado pelas memórias, contudo, também como forma de fortalecimento destas mesmas memórias, as quais devem ser posicionadas com importância para os/as mais novos/as.

Conforme Bispo (2015) nos diz, o conhecimento está na universidade, mas também, em como se faz uma roça, está presente nas matas, no colher, no produzir, no criar, nos/nas mais velhos/as, nas comunidades. Assim, consideramos que os conhecimentos dos territórios e ancestralidades são diversos e a produção

destes conhecimentos deve ser considerada como referência na Educação do Campo, pois estas são formas também de existir e resistir dos povos em seus territórios.

A Educação do Campo, apesar das suas contribuições, é uma área em construção. Assim, este trabalho aciona os conceitos de ancestralidade, de raça, de gênero e de educação de modo a fortalecer e a ampliar as compreensões de povos camponeses no contexto brasileiro, evidenciando os legados afro-indígenas e suas práticas educativas, políticas e de salvaguarda. Nesse sentido, reconhecemos o princípio da diversidade de sujeitos do campo, conforme o debate promovido por Miguel Arroyo (2004), ao afirmar que o solo é mais do que solo/ terra, o que se produz é mais do que produção, a cultura de um lugar é muito mais do que somente uma cultura, são histórias de pessoas. Nossa composição de referências teórico-políticas acionadas para considerarmos a diversidade de sujeitos do campo posiciona, no campo acadêmico e dos movimentos sociais, os legados negros e indígenas na constituição dos territórios do campo brasileiro. Assim, priorizamos registrar elementos desta diversidade a partir das práticas de conhecimento, das perspectivas políticas e das afirmações indenitárias e comunitárias do Guerém, da cidade de Valença, no Baixo Sul da Bahia.

Neste contexto, por exemplo, a cultura do plantar o milho três dias depois da lua crescente, no período da manhã, no “escuro”, como é dito na comunidade, e/ou de retirar a madeira conforme a quadra da lua, são considerados saberes e fazeres deste território e deste povo do Guerém. É memória biocultural de um povo de um lugar. Como afirma Toledo (2015), a memória biocultural é uma porta que se abre para o caminhar do nosso povo e, através dela, é possível compartilhar saberes ancestrais e valorizar a biodiversidade local, fortalecendo as relações das populações com o território em suas múltiplas humanidades. Essa memória é uma riqueza que temos do convívio dos povos, guardiões dos territórios, que têm o conhecimento das plantas, das ervas, das sementes crioulas, das águas, dos animais, dos ciclos naturais em aliança com a vida destes povos. As memórias coletivas permitem que sejam definidas estratégias em defesa de seus meios e modos de vida para a garantia do bem viver das comunidades.

2 O TERRITÓRIO QUE NOS ALICERÇA: COMPOSIÇÃO BIOCULTURAL DE SABERES E FAZERES DO GUERÉM – BAIXO SUL DA BAHIA

O município de Valença está situado no território de identidade do Baixo Sul, no estado da Bahia, com uma área ocupada de 1.123,975 km², com uma população de 85.655 habitantes, densidade demográfica de 76,21 hab/km², (IBGE, 2022). O território é composto por quinze municípios: Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu,

Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães. No contexto rural, a cidade de Valença tem 5.866 estabelecimentos agropecuários, com uma área total de 55.683 hectares, sendo que cerca de 70% correspondem a agricultura familiar (IBGE, 2022). Ainda assim, estes estabelecimentos da agricultura familiar são minifúndios, pois as “propriedades com área menor que um módulo rural e, portanto, incapazes, por definição, de prover a subsistência do produtor e de sua família” (MEDEIROS, 2012, p. 448).

A existência de minifúndio, onde há uma concentração de pouca terra nas mãos de muitos/as camponeses/as e muitas terras nas mãos de poucos/as latifundiários/as são as provas concretas da necessidade da reforma agrária. Apesar de possuírem pequenas áreas para produção, o campo resiste, produzindo, criando, plantando, existindo e resistindo.

Para o camponês/camponesa, a terra é o ambiente que dá condição de vida para mulheres, para homens, para pessoas idosas e para crianças, pois é o espaço de trabalho, de moradia, de convivência social, de trocas de experiências, de construção das suas identidades individuais e comunitárias, de afirmação dos seus aprendizados e conhecimentos via legados e memórias ancestrais. As memórias são âncoras da nossa existência e, também, de resistência. A memória biocultural é uma porta que se abre para o caminhar do nosso povo. E, através dela, é possível compartilhar saberes/fazeres, valorizar a biodiversidade local, fortalecendo as relações entre as pessoas. Segundo Vieira (2023, p.11), a manutenção da memória coletiva ancestral em torno dos saberes locais e da cultura tem sido demonstrada nas comunidades do distrito do Guerém como forma de reorganização e fortalecimento da identidade étnica e local, principalmente, através dos saberes tradicionais locais. Nego Bispo (2015), em seu conhecimento sobre raça, nos mostra sobre a forma de desumanização dos colonizadores com o povo afro-brasileiro e indígena, como forma de dominação e quebra de identidade. É perceptível que esta quebra indenitária persiste até hoje. Nosso papel aqui é mostrar, demonstrar e visibilizar que esta nossa identidade étnica e afro brasileira é resistência e podemos resistir através da nossa cultura, da memória e da nossa ancestralidade.

Nascimento (2021), em seu trabalho de mestrado, nos fala como a raça é vista com separação por uma hierarquização que muda com o passar do tempo, a partir da imposição do capitalismo tem uma facilidade para ser moldado. Entretanto, para as comunidades tradicionais, o tempo é um aliado aos costumes, crenças, nossa ancestralidade, a forma de cultivar a terra e cuidar do outro. González (2020), evidenciou que a sociedade capitalista impõe o gênero e a raça como inferiores dentro de uma pirâmide de hierarquia que criaram para suprimir o nosso direito de sermos partes cruciais não só dos discursos, mas como protagonistas e

formadoras da nossa própria história. Assim, ouvir, e ouvir de novo, para depois escrever sobre as falas dos povos afro-indígenas do Guerém é resistir e afirmar seu lugar enquanto sujeitos e protagonistas do território. Essa memória afro-brasileira/indígena é uma riqueza que temos do convívio dos povos, guardiões dos territórios, que tem o conhecimento das plantas, das ervas, das sementes crioulas, das águas, dos animais.

Acompanhando o pensamento de Miguel Arroyo para o camponês e camponesa, a terra é mais do que terra, os resultados do seus esforços para obter uma produção é mais do que produção, o cultivo das plantas é também cultivo do ser humano. E neste espaço que se constitui sujeito cultural, no qual é indissociável a produção e a educação, são nestes espaços onde se aprende e se ensina todo tempo.

Nascimento (2021), aborda em seu trabalho como o tempo transcorre de forma diferente nas comunidades tradicionais, aqui o tempo relaciona-se com as cosmovisões, as práticas agroecológicas nos quintais, o plantio, a colheita, sendo orientados conforme as fases da lua. A lida com a terra exige saberes do tempo, para que o milho seja plantado, segue arisca com a permissão da lua, onde planta-se no período da tarde do dia, no qual para o povo é chamado de escuro, historicamente no dia de São José que é celebrado pelo povo como o melhor período para plantio do milho, pois sempre terá uma boa colheita, com intuito de comercialização no período do mês de junho, que são os festejos juninos. O conhecimento dos mais velhos é muito respeitado, e sempre lhes é pedido orientação, não é diferente quando é necessária a retirada de um cipó na mata para confecção de cestos, com a delicadeza e habilidade de suas mãos na construção de um munzuá que é um artefato construído pelas mãos dos artesãos para a pesca artesanal, utilizada no território para a pesca do pitú, camarão e peixes. A confecção deste artefato em uma comunidade por um mestre do saber, pela referência na construção deste, os mais velhos da região deram o nome dessa comunidade dentro do Guerém de Munzuá. Seguindo o mesmo pensamento da colheita dos cipós e do material do munzuá, o corte da madeira no mato para construção de casas de pau a pique, telhados, cercas ou qualquer outro fim, segue o caminho da lua, três dias após a lua cheia pela manhã, que é conhecidamente pelo camponês/camponesa como escuro, este caminho é trilhado segundo eles para que a madeira conserve por muitos anos.

A memória e a ancestralidade são aqui costuradas, por saberes indígenas/afro-brasileiros, que permanecem ligadas, como se fosse um cordão umbilical, nos ligando aos sentimentos e a sabedoria ancestral desse povo. A mandioca é uma cultura muito cultivada pelas mãos dos homens, mulheres e idosos, para realizar o plantio da mandioca deve ser com a “manaiba” como é chamado pelo camponês/camponesa a maniva, coloca-se deitada em covões com

intuito de produzir uma maior quantidade de raízes, concomitantemente obedecendo a fase da lua crescente, para que seja uma planta que cresça e seja tão cheia de raízes quanto o nome da lua que se planta.

A presença de ervas medicinais nos quintais das casas das comunidades do Guerém, e para o povo como se fosse um jardim, sempre presente para embelezar e curar de uma forma linda. E sempre parte do cuidado da mulher da casa, é como parte da responsabilidade que ela assume do cuidar através das ervas da sua família, conhece todas pelo cheiro, pelas flores, folhas e para que cada uma serve. “É um elo intersubjetivo de afetos e vivências coletivas” (NASCIMENTO, 2021, p.86) o uso de ervas é primeiro remédio que se usa em forma de chás, de banhos, gargarejos, infusões, se não melhorar procura o médico, mas mesmo assim continuam usando o tratamento com a planta, como forma de cura e prevenção de doenças. Nessas narrativas é possível notar um conjunto de saberes que fazem parte da memória, de um povo que vive a sua relação com a terra, com a lua, com a água, com sua ancestralidade. Os saberes populares, são acumulados e perpassados durante sua vida, e que permite explicar e compreender aquilo que as cerca, que nos movimenta. Lakatos e Marconi (2003, p.75) definem o saber popular como aquele “transmitido de geração em geração por meio da educação informal e baseado em imitação e experiência pessoal”.

Esse saber se dá a partir de vivências, experiências, escutas e conversas. A coletividade é muito forte na comunidade, através da troca de dias é possível vivenciar a biointeração entre as pessoas, essa é uma atividade costumeira, onde um camponês ou camponesa trabalha na roça do outro e posteriormente no dia seguinte ou dia combinado, si desenvolve alguma atividade para a roça do outro vizinho; nestes momentos há aprendizado de ambas as partes, muitas vezes o objetivo maior é ensinar alguma forma de plantio, trabalho de maior conhecimento de uma para ajudar da melhor forma ao outro.

Essa forma de trabalho nos remete a uma forma também muito utilizada na comunidade, o “multirao” trabalho coletivo, onde cada dia escolhido um grupo de pessoas trabalha na roça do outro, ajudando na lida, na atividade desejada como (plantio, colheita, limpeza de área), para dar maior agilidade a atividade, pela maior quantidade de pessoas trabalhando numa mesma área. Esses momentos enriquecedores, onde há contação de histórias da comunidade, dos mais velhos, cantigas antigas, costumes e vivências, sempre é feita releituras da paisagem, a exemplo de como era o rio largo, fundo, cheio de peixes, e hoje em dia está diferente, por razões da própria degradação do homem, da retirada da mata ciliar da beira do rio é um momento de reflexão, aprendizado durante conversas no decorrer da atividade e continua a conversa na hora do almoço é um momento muito enriquecedor, onde é possível passar para os mais novos através dessas narrativas as histórias, hábitos, costumes e aprendizados. Onde cada um leva sua

marmita e senta na sombra fresca de uma árvore, onde se come e conversa, se planeja roça, planeja-se sonhos.

As narrativas dos indígenas/afro-brasileiros/camposinos e camponesas, dão visibilidade aos saberes/fazerem ancestrais, de um povo esquecido e invisibilidade. Essas memórias, sabedorias ancestrais nos ligam com o passado, o presente e o futuro, nos oportunizando nos reconhecer, (re) conectar com nós mesmos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito aqui é demonstrar as diversas formas de conhecimentos adquiridos e produzidos pelo povo Guerém, invisibilizados desde a sua origem indígena/afro-brasileira. Onde é possível se aprender tanto, com suas memórias e coletividade, comumente pertencente as comunidades tradicionais. Há uma riqueza de conhecimento que não pode ser perdida, deve ser repassada para os mais novos, mas não só como conhecimento, mas como reconhecimento também de sua identidade étnica, este pertencimento se fortalece a partir das narrativas dos mais velhos, da construção de artefatos, nos costumes e respeito, nas escrivências dos intelectuais afro/indígenas do Guerém

É importante se munir de uma Educação do Campo que se baseia na diversidade, na valorização dos sujeitos do campo, é preciso nessa educação, falar da ancestralidade, dar espaço para a história do nosso povo afro/indígena. Fortalecer memórias que nos oportuniza nesses espaços falar desses saberes/fazerem como um instrumento de luta política, de resistência, de oportunidade, de fortalecimento e valor aos sujeitos do campo e de que o conhecimento não está somente nas academias, nos doutores, nas universidades, mas também tem muito conhecimento nos mestres dos saberes de seus locais de seus territórios, na sua forma de vida e de luta por seu lugar.

Evidenciar aqui as práticas educativas do camponês e camponesa da comunidade, vai muito adiante de associar estas pessoas a somente ao trabalho laboral, se fala de memória, de saberes e fazerem de um povo costumeiramente deixado as margens, como menos importante, mas essas sabedorias nos mostra a importância cultural e histórica que os povos do campo tem.

O que se quer reafirmar aqui é que há outras formas de conhecimentos que devem ser visibilizadas e fortalecidas, contribuindo para formação dos indivíduos conscientes com sua identidade cultural e presentes na Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G., CALDART, R. S., MOLINA, M. C. (Orgs.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes,2004.

CALDART, R. S. et al. (2012). Educação do campo. Dicionário da educação do campo, v. 2, p. 257-265, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: SCHWARCZ S.A, 2020. 361 p. v. 1. ISBN SBN 978-65-5782-005-6.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/valenca/panorama>>. Acessado em 15 de mai. 2024.

LAKATOS, E. M. & Marconi, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas,2023

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. In. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NASCIMENTO, Alane Santos do. As experiências de mulheres negras camponesas do assentamento da fazenda Sururu de Queiroz de Varzedo/BA: escutas, disputas e composições de investimentos descoloniais na educação do campo. Amargosa, Bahia,2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS: modos e significados. 1. ed. Brasília: [s. n.], 2015. 150 p. v. 1. Disponível em: [https://repi.ufsc.br/sites/default/files/BISPO Antônio Colonização Quilombos Modos e Significados.pdf](https://repi.ufsc.br/sites/default/files/BISPO%20Ant%C3%B4nio%20Coloniza%C3%A7%C3%A3o%20Quilombos%20Modos%20e%20Significados.pdf). Acesso em: 1 jul. 2024.

TOLEDO, V.M; BARRERA-BASSOLS, N. A memória biocultural: a importância ecológica dos sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular,2015.

VIEIRA, Rafael Luiz De Albuquerque. Nesse Lugar tem Aldeia: os conhecimentos tradicionais e a retomada da identidade étnica Guerém. Jequié, Bahia,2023.